

OS VENDEDORES DE PASSADOS: A ESCRITA DA HISTÓRIA COMO PRODUTO DA MÍDIA

Sônia Meneses¹

Resumo: Este artigo analisa a produção do conhecimento histórico contemporâneo considerando os novos desafios cognitivos influenciados, sobretudo, pela profusão acontecimental advinda dos meios de comunicação. Uma produção que coloca em cena uma história mediatizada, que nem é totalmente história, nem totalmente memória, situando-se no limiar dessas duas dimensões porque joga tanto com os elementos de uma como de outra. Como objeto de reflexão, investiga matérias sobre o Golpe de 1964 produzidas pelo jornal Folha de S. Paulo nos 30 e 40 anos do episódio.

Palavras-chaves: história; mídia; acontecimentos.

Abstract: This article examines the production of historical knowledge considering the events profusion arising out of the media. A production that puts in scene a mediatized history. History that is neither fully nor completely memory, standing on the threshold of these two dimensions because it plays well with the elements of a like another. As the object of reflection, research materials about the coup of 1964 produced by the newspaper Folha de S. Paulo on 30 and 40 years of the episode.

Keywords: history; media; events

O passado é uma espécie de supermercado no qual as pessoas - e as revistas - buscam nas gôndolas aquilo que lhes interessa. Ao comemorar efemérides, as autoridades procuram lembrar o que pega bem.

FSP, BONALUME NETO, 31 de janeiro de 2004.

Quando comecei a pensar sobre esse texto, meu grande desafio foi tentar compreender que produto é esse, elaborado pelos meios de comunicação, que entra em cena quando eles resolvem tratar do passado em suas páginas. Falo, especificamente, sobre aquilo que não é mais a notícia, propriamente dita, o evento insurgente, ou mesmo a dramática narrativa que tenciona o episódio em sua transição pela cena pública – que pode se dar em uma longa distância temporal.

Ao me deparar com a espantosa quantidade de material no jornal que trata de tais questões, senti-me provocada a realizar a pergunta fulcral de Michel de Certeau (2002: 65) feitas aos historiadores, direcionando-a, porém, a outro profissional: o que fabrica o jornalista quando “faz história”? Ou seja, quais os elementos em sua produção que podem identificá-la como um tipo de escrita da história?

¹ Docente da Universidade Regional do Cariri-URCA; doutoranda em história pela UFF. Atualmente estuda as relações entre história e mídia na produção de acontecimentos emblemáticos e conteúdos históricos na contemporaneidade. sonia.meneses@gmail.com

Dentre os vários componentes dessa escrita, desde aqueles que dizem respeito ao cruzamento de diferentes topos de regimes de historicidade distintos, até as configurações do próprio campo midiático a citação acima me chamou atenção sobre o que parece ser uma peculiaridade dessa fabricação: o tratamento do passado como uma mercadoria que pode ser “comprada” na banca de revista, ou no supermercado, como destaca o jornalista da Folha de S. Paulo. Parecendo sugerir que em nossa sociedade, “todo” o passado da humanidade agora poderia estar disponível, tal qual qualquer outro produto de mercado, solicitado de acordo com as necessidades de consumo do momento.

Certamente um valor atribuído a história que transpõem a mera constatação de uma função pedagógica ou moral relegada ao passado. Uma história para consumo imediato, por isso o jornalista argumenta que “raros são os historiadores que sabem escrever textos atraentes para um público leigo”, talvez por isso nunca consigam lograr tanto sucesso nas gôndolas dos supermercados. Para o autor uma popularização da história somente terá êxito com uma escrita estruturada em uma linguagem dos veículos de comunicação, para os quais, concisão, rapidez e didatismo parecem os motes para o triunfo de jornalistas que “têm escrito muitos best-sellers tratando de temas históricos”.

Essa condição de passado vendável, ou “comprável” é totalmente nova se formos pensar sobre os regimes de historicidade anteriores. Um tratamento que parece diluir o espaço de experiência entre passado e presente, uma vez que este último, apenas se apossa do primeiro como objeto cultural e estético, destituindo-lhe seu potencial de reconhecimento e identidade para as gerações futuras. Tal postura tenta transportar para o passado a própria efemeridade de um presente que dita, com lances de quase tirania, uma relação com o ontem amparada, principalmente, pela curiosidade e a espetacularização, tornando-o apenas um velho bazar a fornecer as peças exóticas para ornar as roupas de seus compradores. É dessa forma que na mesma matéria o jornalista analisa os temas das revistas populares que tratam de história:

A mais pop delas, "Aventuras na História", com a grife da revista "Superinteressante", é voltada para um público mais jovem. Um número dela traz um texto sobre samurais, algo na moda no momento por conta de um filme com Tom Cruise, e um texto sobre o Drácula histórico, "o príncipe medieval que inspirou as lendas de vampiros". Muitas ilustrações, infográficos e fotos servem para tornar a leitura mais ágil, algo que também foi copiado, mas mais discretamente, pelas outras duas revistas. (BONALUME, *idem*.)

Este artigo investigada exatamente essa forma de escrita da história. Uma vez escritos na cena pública, configurados como experiências temporais e reconhecidos

como artefato de valor histórico, os acontecimentos emblemáticos passam a ser submetidos a uma reflexão sistematizada nos veículos de comunicação que, anteriormente, ajudaram a construí-los. Uma escrita que evidenciará questões não apenas técnicas, mas também epistemológicas e éticas trazidas pelo campo midiático.

Se o século XIX foi considerado o século da história, a qual cabia a tutela sobre a investigação do passado, o que essa produção midiática talvez demonstre é que o final de século XX veio realizar uma quebra de autoridade no tratamento dos acontecimentos históricos, antes tomados como objetos por excelência ligados ao ofício dos historiadores aos quais competia referendar, ou não, através de complexas metodologias e arcabouço teórico, a pertinência de alçar à categoria de histórico, determinadas ocorrências.

Isso não significa dizer que a escrita do historiador tenha tido sua função superada pela avalanche contemporânea dessas diversas escrituras históricas, ao contrário, demonstra-se os novos desafios para a produção historiográfica que certamente terá que aprender a lidar com a profusão acontecimental de nosso tempo.

Não se pode negar que, em termos de formulação e apropriação pragmática de sentidos históricos, os meios de comunicação exercem um papel bastante relevante, de tal forma, que suas matérias se tornam objetos de reconhecido valor de representação histórica antes mesmo dos produtos advindos do campo profissional da história.

A princípio, mesmo que esse conteúdo não possa ser considerado como o produto central dos meios de comunicação, nem tampouco esteja submetido às ordenações do campo da disciplina histórica, é necessário considerar que ele se manifesta como uma tópica histórica bastante relevante, influenciando de maneira significativa a compressão ordinária sobre o passado e os acontecimentos considerados históricos em nossas sociedades.

Por conseguinte, não está em jogo apenas a análise de produção do acontecimento emblemático na cena pública, mas as variações da escrita da história na contemporaneidade, o que remete a outra dimensão nesse processo: a problemática da produção do conhecimento histórico hoje. Sobretudo, quando se coloca como foco, estudos sobre o tempo presente, um momento que apesar de ainda serem evidentes os jogos de memória e esquecimento, caracteriza-se por uma urgência de reflexão sobre o passado numa sistematização de conceitos e metodologias que mistura tanto pressupostos do campo científico da história como de outros campos disciplinares.

Sendo assim, estou considerando que antes de se tornar objeto de análise dos historiadores, os chamados acontecimentos emblemáticos são submetidos a um processo de análise num tipo de escrita histórica midiática. E, mesmo que tais conteúdos não sejam fruto de um campo disciplinar fechado – uma vez que são

elaborados com a contribuição de especialistas de diversas áreas – resultam numa escrita que consegue condensar diversas áreas do conhecimento das quais toma emprestado metodologias e conceitos para tentar construir explicações sobre o passado.

O exercício dessa escrita pode ser identificado ao menos em duas grandes linhas: a primeira realizada no espaço da própria mídia – a exemplo de cadernos especiais, debates ou reportagens investigativas publicados, principalmente, nas efemérides de acontecimentos emblemáticos e, na segunda, quando o jornalista se propõe a elaborar obras específicas para tratar de temáticas históricas – os “best-sellers” dos quais fala Ricardo Bonalume – transpondo os limites dos próprios veículos para os quais trabalham. Para realizar a reflexão, analisarei algumas matérias do jornal Folha de S. Paulo sobre o golpe de 1964, acontecimento histórico exemplar nessa produção.

Entre a segunda metade dos anos 90 e a primeira década de 2000 o jornal Folha de São Paulo se tornou um dos mais importantes veículos de discussão política no país. O afamado projeto Folha² já havia se firmado e, em termos de inserção nacional, poucas referências ainda associavam a história do jornal ao Golpe de 1964³. Entre todos os grandes veículos de comunicação que apoiaram os militares, certamente o grupo Folha foi o que melhor soube desvincular sua imagem do episódio, tornando-se um dos seus principais debatedores na primeira década do século XXI.

Nesse período, passaram por suas páginas um sem número de influentes intelectuais e colaboradores que ajudaram a construir uma visão quase mitificada do jornal como espaço isento e apartidário, além de referência entre meios acadêmicos e políticos. Acrescenta-se isso, o fato de uma agressiva estratégia de marketing com utilização de outras mídias, como propagandas em rádio e televisão, ter auxiliado na popularização do jornal em termos nacionais. Exemplo dessas campanhas foi o premiado comercial “Hitler”, de 1988, cuja mensagem principal é bastante significativa sobre o papel que o jornal constrói para si na condução da informação no país:

(...) É possível contar um monte de mentiras dizendo só a verdade, por isso é preciso tomar muito cuidado com a informação e o jornal que você recebe. Folha de São Paulo, o jornal que mais se compra e o que nunca se vende⁴

² O projeto Folha foi um conjunto de reformas técnicas, conceituais e metodológicas realizadas pelo Jornal Folha de S. Paulo ao longo da década de 80 que construiu a face atual do jornal.

³ O jornal Folha de S. Paulo foi um importante apoiador do golpe tanto no momento de sua efetivação, como dos governos militares durante boa parte da ditadura, mudando de posição apenas em fins dos anos 70. Tais elementos são analisados mais detidamente pela autora em sua tese de doutoramento em fase de conclusão.

⁴ A propaganda pode ser vista na íntegra no endereço: <http://www.youtube.com/watch?v=6toSK9qPK8M>

Situação que faz lembrar as observações feitas por Certeau sobre a construção da legitimidade do historiador para tratar do passado num momento em que “o privilégio negado às obras controláveis foi transferido para um grupo incontrolável” (CERTEAU, 2002: 68). Da mesma forma, o jornal acabou por se tornar uma referência que pretendeu se colocar fora do alcance de todas as críticas, pois apesar das fragilidades e contradições daquilo que se produzia nele, exaltava-se seu lugar quase supra-social para informar sobre todos os temas.

Nas efemérides de trinta e quarenta anos do golpe a Folha esteve à frente na organização de debates e na convocação de vários personagens para discutirem e explicarem os significados do episódio, o que resultou numa intensa produção de textos e matérias que culminaram em bons exemplos dessa escrita histórica elaborada em suas páginas.

Minha reflexão enfrentará alguns desafios, pois, debruçar-me-ei sobre falas de jornalistas, colunistas, colaboradores externos do jornal que apresentarão perspectivas muito distintas e, por vezes, opostas do evento. Isso já chama atenção para o fato de que a formação, lugar social e participação no episódio destes autores são muito variados, o que certamente já impede de falar em uma única visão sobre 1964, por conseguinte, não busco encontrar, nessa diversidade, uma síntese explicativa que possibilitaria construir uma única narrativa sobre o episódio, embora, seja com essa intenção que o jornal convoca tantos discursos divergentes. Minha aspiração é investigar em que medida, na heterogeneidade desses pontos de vista, é possível encontrarmos conexões entre estes interlocutores, quem sabe identificar elementos de construção de sentido que permitam falar sobre alguns arquétipos de representação histórica que perpassam essa produção.

Quando falo isso, refiro-me a possibilidade de tentar reconhecer aquilo que Hayden White (2008) chamou de um nível estrutural mais profundo do pensamento histórico, o que está além da literalidade do discurso ao tratar dos acontecimentos históricos e que permitiria falar em termos de idéias de histórias e formas de pensamentos históricos presentes nestes textos e, conseqüentemente, nessa sociedade. Para começar, cito dois extratos produzidos nas efemérides de 30 e 40 anos, vejamos:

Há uma região interior de nós mesmos chamada Brasil. O Brasil mudou muito dentro de nós. Não falo de uma descrição figurativa da história recente. Falo mais de um ritmo que muda de 1964 para cá, ritmo de silêncios e de vozes, um ritmo de vida interior que foi mudando nos últimos trinta anos. (...) A História só muda realmente por baixo dos fatos. Há uma revolução silenciosa e mental sob os acontecimentos. O que mudou nas cabeças? Antes de 64, o ritmo das coisas tinha a linearidade sucessiva de um filme acadêmico. (...) Rompeu-se em 64 o sonho de que as idéias sozinhas mudavam o mundo. Não tínhamos mais futuro harmônico. (...) Todos nos

sentíamos culpados diante do olhar severo dos generais. Que havíamos feito de errado? (FSP, JABOR, 5 de abril de 1994)

‘A História, mestra inalterável dos homens e das nações.’ (Rui Barbosa). São passados 40 anos. Essa data merece ser lembrada na sua verdadeira significação e na sua real repercussão para a nossa sociedade. (...) Meu propósito, como membro de vários institutos históricos, foi reconduzir a vitória do movimento de 31 de março à sua verdadeira significação. (...) o marco que coroou a resposta da grande maioria dos brasileiros, apoiada pelas Forças Armadas, ante as ameaças e as tentativas de implantação de um regime político incompatível com a nossa vocação de viver numa sociedade livre e democrática. (FSP, MEIRA MATTOS, 31 de março de 2004)

De saída percebe-se que os trechos apresentam duas perspectivas distintas sobre o significado do evento de 1964. A primeira, de Arnaldo Jabor, embora pareça falar em nome de geração de jovens que a partir de 1964 sofreu as ações repressivas do regime militar, representa, sobretudo, a decepção da classe média silenciada logo após os primeiros anos da ditadura militar, é o olhar de quem falava “muito em ‘luta de classes’, mas não acreditávamos nela” (JABOR, *idem*). Para Jabor, aquele momento acabou por solapar uma visão quase romântica e idealizada da classe média brasileira quanto ao presente: “nada descreve o choque do surgimento súbito de Castello Branco na capa da revista Manchete”.

A outra, do general reformado Carlos Meira Matos, fala do acontecimento prodigioso. O golpe é narrado como uma ação de salvaguarda da nação e da democracia ameaçadas pela desordem na qual o país estava mergulhado. Para ele, ao contrário de golpe, o evento foi “o marco que coroou a resposta da grande maioria dos brasileiros, (...) ante as ameaças e as tentativas de implantação de um regime político incompatível com a nossa vocação de viver numa sociedade livre e democrática.” (MATTOS, *idem*)

Em um nível mais profundo de significação, as citações apresentam duas maneiras distintas de compreensão histórica. Na primeira, do cineasta e articulista da Folha Arnaldo Jabor, ela é caracterizada como ocorrência pessoal e subjetiva, como um “ritmo da vida interior” que se realiza em caráter quase existencial. Para ele a história talvez só se manifeste como experiência interior, por “sob os acontecimentos” o que a impediria de apresentar modelos universais. Em sua fala percebe-se a tensão em relação ao paradigma tradicional *magistra vitae*. A história não ensina, não pode ensinar porque só pode expressar a si mesma.

Segundo sua visão, antes do episódio, o tempo tinha a “linearidade sucessiva de um filme acadêmico” e o futuro era visto como o lugar de previsibilidade, da “harmonia”, numa crítica a uma idéia de processo histórico que coloca em xeque também o princípio teleológico e otimista atribuído a ele. Hibridam-se na fala do jornalista-cineasta tanto a presença da modernidade do pensamento histórico, como de

sua crise em fins do século XX. Para Arnaldo Jabor as efemérides de trinta anos de 1964 faziam ver que a história parecia não ter sentido algum e sua arbitrariedade caminhava, concomitantemente, à sua impossibilidade de apresentar lições para o presente.

Para Meira Matos, chamado a colaborar nas efemérides de 40, era chagada a hora de “reconduzir a vitória do movimento de 31 de março à sua verdadeira significação”. Para isso, deixa claro que sua autoridade em fazer essa condução advinha não apenas do fato de ter sido um dos envolvidos no evento, mas, principalmente, por ser “membro de vários institutos históricos” o que lhe legitimava a apresentar aos leitores do jornal uma representação segura e verdadeira do passado.

Ao abrir seu texto com a frase de Rui Barbosa convoca o antigo *topos* da *Magistra Vitae* e recorre de maneira retórica à erudição como que se valendo de uma autoridade quase milenar atribuída à história que, sob esse paradigma, reafirma a possibilidade de compreensão das ações humanas em um *continuum* histórico ininterrupto e inesgotável. Um percurso de aperfeiçoamento moral, intelectual perene que englobaria tanto as gerações passadas como as futuras.

Em sua evocação do cânone tradicional quer fazer justiça aos que estiveram junto consigo, como atores na trama do evento, além de lançar um alerta ao presente na medida em que chama os leitores da Folha a olharem para o passado e receberem seus exemplos. Para Meira Matos a história é uma escola “na qual se podia aprender a ser sábio e prudente sem incorrer em grandes erros” (KOSELLECK, 2008: 42), sendo assim, segundo o general, foi o trabalho dos militares no poder que possibilitou o estado democrático de hoje. Seu ensinamento, no caso, era a reafirmação do golpe militar, como tendo sido a grande revolução que, em 1964, salvara o país do caos no qual parecia está mergulhado.

Os personagens não apenas tem visões opostas da história e do episódio, como também, foram atingidos de formas diferentes por ele. Para o cineasta cuja formação se dá no ambiente do cinema novo e inspirado pelo neo-realismo italiano, a tomada do poder pelos militares estimulou a “crença da mudança de comportamento cultural, buscando saídas individuais, mágicas, místicas”, obrigado seu grupo a ter que aprender a lidar com a frustração de ver o país mergulhado em uma ditadura. Já para Carlos Meira Matos, especialista em análises geopolíticas, vice-chefe de gabinete de Castelo Branco a tomada de poder em 1964 sempre foi vista com ocorrência necessária e positiva.

Seus textos, são exemplo de como, em um mesmo horizonte temporal, podem conviver referentes de regimes de historicidade distintos. Meira Matos é o típico representante de um grupo para o qual a história continua ser a grande mestra da vida cuja

tarefa de ensinar permanece inalterada. Já o cineasta apresenta uma variedade mais complexa de referências temporais que dificulta seu posicionamento em apenas um paradigma. Talvez se encontre “à beira da falésia”, uma vez que não se pode deixar de destacar que sua compreensão histórica também, em 1994, é fortemente influenciada pelas transformações ocorridas pós-1989, momento em que segundo Hartog (2006: 1-16) “escrever uma história dominada pelo ponto de vista do futuro, como uma teleologia, não é mais possível, (...). E o presente mesmo, como acabamos de ver não é um chão seguro”, ou para usar um termo em moda naqueles dias, teríamos chegado ali, ao fim da história.

Tais divergências colocam uma primeira questão relevante, a saber: os ritmos de adequação sob os quais, formas distintas de representação histórica, apresentam-se nas sociedades ocidentais. Se, como afirma tanto Hartog quanto Koselleck, já em meados do século XVIII fica mais nítida a transformação do antigo topos do *magistra vitae* e a emergência daquilo que os autores denominam de “moderno regime de historicidade, mudança que pode ser sentida com mais força em países como França e Alemanha – configurada principalmente nas disputas de conceitos como *Geschicht* e *Histoire*, o problema se torna ainda mais complexo num espaço de experiência cotidiana.

É necessário chamar atenção que isso não significa que muito antes da fala dos colonistas, grandes transformações já não tivessem ocorrido na escrita da história no Brasil. Muitas foram as chamadas “revoluções” historiográficas vividas durante o século XX colocaram a escrita acadêmica da história em consonância como os debates mais recentes da produção do conhecimento histórico. E não é improvável que encontremos os ecos dessas mudanças em alguns momentos no jornal, todavia, o conflito na fala dos dois interlocutores alerta para o fato de que, dentro dessa escrita da mídia, pode-se evidenciar modelos que ainda parecem encontrar grande aceitação como referências de compreensão histórica nos dias de hoje.

Embora estejam em edições diferentes no tempo, como veremos a seguir, as citações são exemplos de como o veículo organiza diferentes formas de representação histórica em suas páginas. Mas o que possibilita a reunião de visões tão díspares sobre os acontecimentos e sobre a própria história de forma a não tornar essa produção irrealizável?

É provável que nenhuma obra produzida pelo lugar disciplinar da história ousasse condensar paradigmas tão distintos de representação do passado sob o risco de ser desqualificada por seus pares. Contudo, o mesmo não parece ocorrer com essa produção, na qual, tudo encontra espaço de inteligibilidade; um grande amalgama de modelos e arquétipos, como se ali todas as idéias de história fossem possíveis. Destaco que as visões sobre os episódios sempre podem ser criticadas e questionadas por seus

leitores do jornal, ou pela sociedade de maneira geral, mas raramente se interpela a forma sob as quais elas são construídas, ou seja, a própria maneira de representação do passado em seus elementos estruturantes.

Nessa lógica organizativa, tanto a fala do general defendendo a ação dos militares, como as críticas de Arnaldo Jabor ao episódio são explicadas como o desejo do veículo de apresentar todas as versões do acontecimento para que algum dia se pudesse realizar uma síntese explicava total sobre ele. Daí pode-se definir o que pode ser a primeira característica dessa produção: o veículo trata o passado como uma totalidade a ser desvendada e, dessa forma, quanto mais vozes fossem reunidas sobre ele, maior a possibilidade de capturá-lo, por conseguinte, constata-se ainda que a história mantém sua representação como coletivo singular que reuniria todas as versões, ou todas as histórias particulares.

Se o jornal tenta se apresentar como lócus de debate social indiscutível, parecer querer se tornar também o espaço de isenção para o tratamento da história do país. Ao trazer a voz do general, bem como com as de seus opositores, além dos especialistas para explicarem essas versões, coloca-se como a referência legitimada a convocar todas as falas sobre o episódio. Lugar tanto de memória, como lugar de história, numa hibridização que se materializa na produção de uma memória historicizada e uma escrita da história monumentalizada nas quais perdura a idéia de um conteúdo de verdade sempre possível de ser identificado.

Mesmo abrindo espaço para tantos modelos de representação histórica, quando vai abordar diretamente algum tema que exija sua posição sobre o passado predomina uma visão tradicional de história, ligada principalmente ao modelo moderno de representação histórica. Ao invés de uma mera narrativa cronológica, que nunca deixa de ser realizada por essa escrita, a história deve trazer, principalmente, uma explicação sobre os eventos, como bem destaca Koselleck (2006: 51) sobre esse modelo, “passou-se a exigir da história uma maior capacidade de representação, de modo que se mostrasse capaz de trazer à luz (...) os motivos que permaneciam ocultos, criando assim um complexo pragmático, a fim de extrair do acontecimento causal uma ordem interna.”

Essa conduta leva conseqüentemente, a outra conclusão: se é possível encontrar a verdade, ou os motivos que explicam os fatos históricos, é necessário também realizar o julgamento sobre passado, intenção que fica evidente na fala do jornalista Luiz Nassif, ao constatar que 30 anos ainda parece pouco tempo para se apresentar um veredicto sobre o episódio:

Revolução ou golpe? Os analistas ainda não chegaram a um consenso sobre se chamam o movimento militar de 1964 de revolução ou golpe. É um sinal ostensivo de que 30 anos não parecem suficientes para produzir o devido distanciamento histórico. Há quase um consenso de que o período Castelo Branco foi o que proporcionou as mais profundas transformações institucionais do Brasil moderno. Mas é pouco para um julgamento abrangente do regime militar. (FSP, NASSIF, 31 de março de 1994)

A busca de verdades ou consensos históricos para explicar o acontecimento figura como uma das maiores preocupações dessa escrita pragmática que destaca ainda a intenção da busca por justiça como função atribuída à história, característica herdada da tradição iluminista que permanece como elemento bastante relevante na estruturação dessa produção.

No mesmo ano de 1994, outro colaborador do jornal, o ex-governador de São Paulo na época do regime militar, Roberto de Abreu Sodré, adverte:

A história é a grande conselheira.

A revolução nasceu como subproduto da criminoso e enlouquecida renúncia de Jânio. Sob a Presidência o vice João Goulart. Este, aliado ao cunhado Leonel Brizola e a alguns líderes sindicais, marxistas ou saudosista do getulismo, agitavam toda a nação, com greves e bandeiras vermelhas. Quebraram a hierarquia militar, dando força de comando ao cabo Anselmo e a fuzileiros navais do almirante Aragão. Marchávamos para o caos. Com o povo apoiando a intervenção militar, o governo ou desgoverno de Goulart se desmorona, sem tiro, sem herói. (FSP, SODRÉ, 26 de março de 1994)

Roberto de Abreu Sodré foi um colaborador importante do regime militar. Exerceu o governo de São Paulo, eleito indiretamente para o período entre 1967 a 1971 na transição entre o governo do general Costa e Silva e Garrastazu Médici. Nessa matéria, o ex-governador aproveita os trinta anos do episódio para falar do presente no qual vivia. A partir do passado alerta para uma possível crise social e política que se anunciava, fazendo lembrar, segundo ele, o que teriam sido as origens da “revolução de 1964”. Para ele o sentido do evento permanece inalterado, posto que, em sua narrativa de retrospectiva mantém os mesmos argumentos que os justificaram no passado. Todavia, não é o passado o foco da reflexão de Sodré, ele é apenas seu ponto de partida para que sua grande admoestação:

A revolução de 64, que começou bem, terminou muito mal. Pergunto: não é de se recordar esse passado tão recente? Não é de se temer, hoje diante da crise aberta, o pior? O presidente da República, o presidente do Supremo e os das duas Casas Legislativas precisam começar a dialogar, mas dialogar incessantemente, para devolver a paz tão necessária ao país. Um pequeno benefício a poucos espalha-se por metástase a muitos, levando à morte o plano econômico tão necessário a todos. (idem)

Mais uma vez há a evocação do cânone tradicional o qual Sodré utiliza para jogar sobre o presente uma presença de passado irradiadora e inequívoca. Seu argumento se ampara na consideração de uma constância da natureza humana, que justificaria uma potencial semelhança de todos os eventos humanos, dessa maneira, aprender a identificá-los antes mesmo que se concretizem como nova experiência é um exercício que somente pode ser realizado se aceitarmos plenamente os “conselhos” da história.

Chamo atenção para algumas questões bastante interessantes na fala dos nossos atores: assim, como Jabor e Meira Matos mencionados anteriormente, Nassif e Sodré também efetivam visões totalmente diferentes sobre o episódio. Podemos perceber que eles também exercitam representações sobre o passado que tanto os distanciam como os aproximam em alguns elementos.

Para Nassif a história já é compreendida enquanto um coletivo singular que exige uma nova consciência da realidade social. A história só é capaz de falar do que aconteceu, por isso, é preciso se distanciar do passado para julgá-lo; já que nos deparamos com um coletivo que explica as singularidades a partir de uma dinâmica própria, o evento é único, mas exige-se que se encontre nele sua dimensão histórica latente, aquilo que o explicaria e o introduziria na marcha do processo histórico da humanidade, por isso, a prioridade é explicá-lo.

A julgar por depoimentos colhidos entre pessoas que estavam dos dois lados do muro, o golpe militar foi decorrência desse vácuo político gerado pelo próprio Jango. Não havia uma proposta clara dos militares para o país. Recorreu-se, então, ao estoque de propostas disponíveis nas mãos dos tecnocratas dos anos 50, que não eram implementadas por falta de articulação política. (FSP, NASSIF, op. cit.)

Percebamos que sua reflexão sobre o passado está subordinada a um conjunto de conjecturas realizadas pelo presente: “havia um vácuo político”, “faltava articulação política”, etc. É o futuro que concede as explicações para o passado, ao contrário daquilo que Sodré preconiza, pois em sua perspectiva, o presente era visto pelo passado, uma vez que é ele que tem as lições a apresentar. Na fala do ex-governador, não existem hipóteses, mas sim, constatações. Identifica-se um conjunto de “sintomas” que claramente eram semelhantes aqueles apresentados no passado.

Com pontos de vista aparentemente tão dispares em relação ao passado, pode se questionar se é possível encontrar elementos que aproximem, ou até mesmo, sejam comuns entre nossos atores. Talvez um ponto de interconexão capital resida na defesa da descoberta da verdade histórica. Seja realizada por meio de conjecturas ou

constatações comparativas ela estaria sempre disponível, bastando para isso uma boa dose de atenção e perspicácia na investigação dos fatos históricos “com isso eles compartilham, com a história real, uma elevada exigência de verdade, de conteúdo de verdade” (KOSELLECK, op. Cit.: 51). Embora não seja o único, está posto como elemento para a explicação do passado, o que manifesta uma imbricada articulação de sentidos históricos.

Os escritores (jornalistas, testemunhas, especialistas, etc.) formulam questões que apresentam a história como um campo aberto e em constante disputa, como houvesse um mosaico de versões no qual predomina uma simbiose entre o antigo *tropos magistra vitae* e o moderno regime de historicidade. Nessa escrita existem alguns núcleos de orientação: o passado como totalidade a ser desvendada; o princípio pedagógico da história, seu caráter moral e a necessidade de julgamento do passado. Isso explica em parte que idéias díspares transitem pelo jornal.

Os textos são desenvolvidos de três grandes linhas, a saber: as testemunhas que rememoram e narram os episódios passados, como é o caso da fala do general, os intelectuais chamados a explicar os acontecimentos a partir dos campos específicos de suas disciplinas, - aspectos econômicos, políticos, religiosos, etc. - e os textos de jornalistas que pesquisam sobre o tema para produzirem matérias do período. É fácil encontrar aí também aqueles que compartilham tanto da condição de testemunha como de intelectuais. Portanto, seria arriscado afirmar que essa é uma produção homogênea, ao contrário, pois mesmo que ela seja articulada pelo campo midiático, ela transpõe suas fronteiras na medida em que necessita de outros campos para construir seus argumentos.

Contudo, percebamos um aspecto importante: quando o jornal resolve trazer à tona a reflexão sobre a história trabalha com os mesmos protocolos de sistematização que ordenaram a produção das notícias, isso leva a considerar há um cruzamento de sentidos bastante complexo. No episódio em estudo se ressalta a máxima da pluralidade e a busca das verdades como sendo pré-requisitos sempre solicitados.

Não por acaso o jornalista Luis Carvesan em 1994, ao serem lembrados os 30 anos do golpe, dá um aviso:

É extremamente importante que novos detalhes históricos, pitorescos, ridículos alguns – sobre o movimento militar de 31 de março de 1964 venham à tona. (...) No mínimo para que não se perca na poeira do tempo a escuridão sob a qual fomos obrigados a viver (FSP, CARVERSAN, 29 de março de 1994).

Em textos elaborados em um mesmo horizonte temporal, o passado tanto pode ensinar como se configurar como experiência arbitrária, que muitas vezes parece não

realizar o ensinamento que se solicita da história. É o que reclama o colunista da Folha também em 1994, Gilberto Dimenstein ao constatar que:

O Brasil virou uma imensa fábrica de ignorantes. Basta ver um incrível detalhe da pesquisa Datafolha publicada hoje, motivada pelos 30 anos do golpe militar. A metade dos brasileiros não sabe dizer o nome de um único presidente daquele regime. Mais: apenas 22% lembram-se de que, em 64, derrubou-se um governo democraticamente eleito. Esses números jamais deveriam sair da cabeça de nossa elite política. A ignorância é um dos combustíveis para os candidatos a ditador – mas também a incompetência dos civis. No Brasil, temos esses dois ingredientes conspirando contra a solidez da democracia. Note-se que, segundo o Datafolha, 24% dos brasileiros, faixa nada desprezível, admitem a possibilidade de uma ditadura. Tal número se encaixa com a constatação de 70% dos entrevistados de que, durante o regime militar, a situação econômica era melhor. (FSP, DISMESTEIN, 27 de março de 1994)

A pesquisa tem a intenção de estimar até que ponto os ensinamentos do passado teriam sido eficazmente aprendidos, mas, com pode ser percebido na fala do colunista, há uma viva decepção ao constatar que, em 1994, a população não havia conseguido aprender com a história, a tal ponto que sequer lembrava o nome dos presidentes militares. Por outro lado, o texto de Dimenstein tenta se realizar para seu leitor como o alerta quanto à necessidade desse aprendizado, pois “esses números jamais deveriam sair da cabeça de nossa elite política”.

Esses princípios mantêm uma forte influência com os paradigmas cientificistas positivista do século XIX e mesmo, que nunca seja dito de forma direta, indica também referências à própria escola histórica metódica. Tal constatação chama atenção para o fato dessa relação entre os meios de comunicação e a história ser bastante anterior aos nossos dias. Afinal, quando Heródoto recomenda ir buscar os relatos das testemunhas para melhor narrar os acontecimentos históricos não acaba por sugerir aquilo que é tomada como a principal atividade jornalística na modernidade?

Nesse vigoroso fluxo de conteúdos, deve-se considerar que essa escrita não pode ser vista como um produto historiográfico nos moldes em que são pensados os processos dirigidos pelo ofício do historiador, consequentemente, não está condicionada a ele, o que acarreta metodologias e formulações bastante distintas, posto que, escreve história sem pertencer ao lugar de produção intelectual que é a oficina do historiador. Portanto, seu tratamento sobre fontes, conceitos, e objetos não estão submetidos ao campo da história, mas às exigências de seu próprio lugar de produção. O que certamente se constitui dos principais pontos de conflitos entre historiadores e jornalistas.

Mesmo quando o jornalista diz escrever história, parece produzir uma grande matéria para um jornal, dessa maneira, não é de se surpreender que seus livros se tornem sucessos editoriais como mencionado no início. É exatamente aí, no trabalho sobre os objetos, fontes e conceitos, que essa escrita se distinguirá em grande parte da historiográfica.

Por outro lado mesmo quando renomados historiadores são chamados a falar em suas páginas, adaptam-se às exigências desse novo lugar, como exemplo cito a fala do historiador Luiz Felipe de Alencastro, que em 1994, reclamava sobre a dificuldade de se estudar o período:

Um equívoco se introduziu no balanço geralmente estabelecido a respeito do golpe de 1964. Quando aparece gente – tão rara quanto os micos-leões – lembrando as atrocidades cometidas pela ditadura, surge um mal-estar que toca até democratas tarimbados. (...) Como só acontece entre nós, estes eventos dramáticos teriam perdido seu nexos histórico. (...) Se transformaram apenas em culto doméstico das famílias das vítimas. Quem quiser tratar do assunto que o faça literariamente. Que escreva um desses romances de formação, meio autobiográficos. E estamos conversados. (...). Para além do revanchismo, deve haver espaço para uma análise das consequências atuais da tirania que se abateu sobre o país 30 anos atrás. (FSP, ALENCASTRO, 16 de maio de 1994)

Alencastro não está escrevendo para o campo disciplinar da história, e realmente não seria apropriado fazê-lo, uma vez que o público leitor do jornal é bastante diferente daquele do universo acadêmico no qual ele circula. Seu texto é um chamamento para seja feita uma reflexão “para além do revanchismo” sobre o passado, e assim como Dimenstein, que reclamava da ignorância do povo brasileiro em sua matéria, o historiador deixa claro que no Brasil ainda não parece ser dada a devida atenção à significação dos acontecimentos históricos, pois, “só acontece entre nós, estes eventos dramáticos teriam perdido seu nexos histórico. (...) Se transformaram apenas em culto doméstico das famílias das vítimas”.

Percebamos que Alencastro também apela para a autoridade judiciária da história para deliberar sobre os acontecimentos passados tarefa que segundo ele não deve ser delegada somente “as famílias das vítimas”, principalmente para que seja feita uma avaliação sobre a “tirania que se abateu sobre o país.” Implícito está em sua fala também, a crítica ao esquecimento ao qual o episódio parece relegado entre os anos de 1985 e 1995.

Sendo assim, talvez seja pertinente considerar, como destaca Stephen Bann, que “a experiência estilística poderia ser a única maneira de conceber e compreender uma história que não está limitada pelos protocolos tradicionais, e, portanto, por expectativas ou ordem preestabelecidas” (BANN, 1994: 22). Como não está submetida

às ordenações do campo disciplinar da história, isso pode criar a impressão de que esteja desobrigada de prestar contas sobre suas formulações ou que seus conteúdos históricos tenham menos impacto em nossa sociedade do que aqueles advindos da prática historiadora.

Mas esse aspecto não a isenta da responsabilidade assumida ao produzir uma dada versão do passado, ao contrário, mesmo que a elaboração desses conteúdos seja conduzida por caminhos diversos, daqueles do ofício dos historiadores, são também poderosas representações do passado. Uma invenção da história que ordena significativos recursos científicos e estilísticos que criam um idioma histórico próprio dos meios de comunicação. O que me leva mais uma vez a concordar com o autor, pois:

É somente reconhecendo e identificando os códigos através dos quais a história foi mediada, é ligando-os aos atos criadores de indivíduos em determinadas circunstâncias históricas, que podemos ter a esperança de evitar uma separação definitiva entre o mundo circunscrito do historiador profissional e a generalizada moda de espetáculo na qual todas as formas de representação popular se arriscam a ser assimiladas. (BANN, 1994: 15).

Por conseguinte, se é válida a provocação de Stephen Bann ao afirmar que “nos dias de hoje o jornalismo é implicitamente confrontado com a história e deste modo tem as conotações de um ponto de vista limitado e efêmero, corrigido pelo historiador” (idem 33) não é menos verdade que a história também se vê pressionada e provocada pelo jornalismo – pela mídia de forma geral – a compreender a própria construção pública de eventos e conteúdos históricos, antes mesmo de serem submetidos à crítica historiográfica.

Uma narrativa de múltiplas faces entrecortada por vários saberes que operam a própria plasticidade da imaginação histórica formulada por uma extensa variedade de autores que têm, a princípio, como único elemento comum a adequação de suas reflexões ao espaço concedido no meio de comunicação.

Mesmo que essa escrita seja uma bricolagem de vários campos e personagens é possível identificarmos alguns princípios que a vinculam mais diretamente aos paradigmas tradicionais de representação do passado e a partir disso, destacam-se ainda outros elementos recorrentes em sua formulação, a saber: o caráter veritativo; a obsessão das origens e o princípio da causalidade. Tais pressupostos aparecem de forma difusa havendo em vários casos uma hibridização de categorias de diferentes regimes de historicidade que funcionam de acordo com as escolhas do veículo em seu presente.

Nota-se que mesmo diante de versões e idéias de história diversas no caso do golpe um aspecto é sempre realçado: 1964 é narrado como marco que explica todos os

problemas do país naquele momento e a história, mesmo que nem sempre possa apresentar lições funciona como recurso retórico de extrema eficácia para o presente. O jornal faz com que os depoimentos veiculados em suas páginas dialoguem entre si, mas em termos gerais conduz todas as falas em busca da descoberta de verdades que por sua vez são controladas dentro de sua narrativa a qual delimita os marcos temporais e os principais nomes envolvidos no processo, ressaltando assim a tríade – acontecimentos, datas e nomes.

Não se pode deixar de considerar ainda aquilo que chama atenção Muniz Sodré quando destaca que:

Em todo esse processo o jornalista é apenas parcialmente autônomo, já que tem que obedecer às regras de um planejamento produtivo, assim como de uma concepção coletiva de acontecimento, que em parte o ultrapassam, fazendo com que a seleção das ocorrências informe tanto sobre o campo profissional do jornalismo quanto sobre o meio social a que se refere a notícias. (MUNIZ SODRÉ, 2009: 26)

Portanto, não se pode compreender essa produção sem considerar que ela obedece a uma pauta que realiza uma seleção prévia tanto sobre os aspectos que a serem discutidos, como, daqueles que irão ser chamados a discutir tais aspectos.

Em seu desenvolvimento se destaca uma sucessão de várias escritas que, apesar de divergirem em versões, apresentam expectativas muito parecidas em relação à função que o passado deve exercer. Pode-se dizer que predomina uma história que é problematizada apenas no embate de narrativas, lugares de construção de verdades, mas que reproduz uma visão pragmática tradicional de seus usos no cotidiano. Ao congregiar várias visões sobre o acontecimento o jornal quer demonstrar que está aberto a todos os lados para que dessa forma se encontre uma verdade final sobre o episódio.

Vejamos a fala de outro personagem expressivo nesse momento. Em 1 de abril de 94 o sociólogo Herbert de Souza fazia a seguinte reflexão sobre o significado de 1964 para a história do Brasil:

Em 1964, o Brasil buscava a mudança. Uma longa e sofrida história que nascia do genocídio indígena, passava pela escravidão e continuava na dicotomia entre uma elite fria e uma massa de trabalhadores sem direitos e sem terra. Seu nome era reforma de base, democracia. Um movimento democrático, que nascia da sociedade, tentava se aproximar de um Estado que durante séculos havia sido o grande instrumento do status quo, da Casa Grande e Senzala, do apartheid social. (FSP, SOUZA, 1 de abril de 1994)

Em poucas palavras o sociólogo resume a história do Brasil demonstrando que todo o passado de dominação caminhava para a superação em 1964 caso não tivesse

havido a brusca interrupção pelo Golpe. A narrativa faz crer que, parecia muito plausível e certa a possibilidade do Brasil finalmente superar séculos de uma “longa e sofrida história” “da Casa Grande e Senzala e do apartheid social”. Na fala do sociólogo há uma clara construção de sentido que perpassa uma comunicação cotidiana permeada de informações memoriais e culturais que põem em destaque referências históricas, fazendo com que, exemplarmente, séculos caibam e sejam compreendidos em poucas linhas pela ordenação simbólica na qual o texto é construído. Muito parecido com isso é o que realiza outro importante intelectual, e personagem chave em 1964, atuando no governo João Goulart, o antropólogo Darci Ribeiro.

O Brasil atual é fruto e produto da ditadura militar, que armou-se de todos os poderes para conformar a realidade brasileira, segundo diretrizes opostas às até então vigentes (...). O valor mais alto que perdemos debaixo da ditadura foi o sentimento de que o Brasil é um país especial, com destino próprio e singular, a ser alcançado por nosso esforço. Generalizou a corrupção até nas cúpulas dos órgãos supremos do poder. Temo, mesmo, que ela tenha quebrado na juventude de classe média o nervo ético e o sentimento cívico, levando enorme parcela dela ao desbunde e à apatia. (FSP, RIBEIRO, 26 de abril de 1994)

Na crítica à ditadura, Darci Ribeiro a constrói como a origem dos todos os problemas brasileiros e responsável também pela desestruturação do Brasil como um país “especial” cujo destino “próprio e singular” seria alcançado em um futuro próximo. Ressalta-se o claro valor cívico e laudatório do povo brasileiro o qual foi quebrantado pela ação do período ditatorial, homogeneizando, sob um dado olhar, toda a sociedade, bem como, os efeitos do regime. O passado torna-se então, “como uma floresta para dentro da qual os homens, pela narrativa histórica, lançam o seu clamor, a fim de compreenderem, mediante o que dela ecoa o que lhes é presente” (RÜSEN, 2001: 62). O que lembra novamente as palavras de Gilberto Dimenstein e o argumento de que o “Brasil virou uma imensa fábrica de ignorantes” ao lamentar o esquecimento do povo brasileiro sobre os detalhes em torno de 1964.

A fala de Darcy Ribeiro, Herbert de Souza e Dimenstein são exemplos das adequações da própria autoridade disciplinar do campo intelectual desses autores adaptadas ao veículo de comunicação. Mesmo que tragam em suas reflexões elementos que identificam sua formação particular, em suas falas também podemos perceber padrões de expectativas sobre o passado aos quais estão submetidos. Suas posturas sobre o passado e o tipo de história que elaboram são o resultado desse híbrido que somente pode ser articulado nessa escrita em particular. Exercício que tanto abre espaço para a tomada de posição e julgamentos sobre o passado como também pode pedir isenção aos próprios jornalistas ao fazê-lo. Outro elemento que não pode deixar

de ser mencionado é ainda a interferência da memória como referente nessa elaboração.

O texto histórico midiático que se estrutura a partir de diferentes ilhas de permissão e interdição que devem ser compreendidas a partir da proposta que o veículo realiza para tratar do passado. Se é possível termos ali os generais que lideraram o golpe, os exilados que sofreram perseguição, torturadores, torturados e intelectuais contra e a favor ao episódio, é porque há uma ordenação prévia que sistematiza cada uma dessas versões apresentando-as como se fossem o todo sob qual a história se manifesta.

Por trás dessa intenção totalizante de explicação histórica, o jornal pretende figurar exatamente como único lugar no qual isso seria possível de ser realizado. Como obra supra-histórica que conseguiria se situar no lugar de onde o passado seria finalmente capturado. A maior de todas as invenções, nesse caso, é própria construção do veículo como sendo o espaço da história para a sociedade contemporânea; suas páginas se materializariam, dessa maneira, no coletivo a capturar todos os singulares ao reunir tais particularidades em uma unidade de sentido, ali estava a própria história.

As formas sob as quais o jornal evoca o passado estão associadas tanto a um ordenamento técnico-teórico de produção das matérias, dimensão diretamente ligada ao campo profissional, como também, às constituições mentais sob as quais o próprio passado é refletido nessa sociedade. Uma compreensão anterior sobre a configuração da história que oferece as ferramentas essenciais para estimular, no presente, marcos de memória e esquecimento e, além disso, o estabelecimento de distinções sociais, construção de identidades e reivindicações de direitos.

Na elaboração dessa escrita, embora haja elementos que a todo o momento atuam como pontos de conformação sobre o conteúdo comunicado – linguagem, meio, forma, apresentação, etc. – a mensagem precisa produzir efeito de realidade, verossimilhança, ser “significativamente decodificada”, como afirma Hall (2006: 368), pois, “é esse conjunto de significados decodificados que ‘tem um efeito’, influencia, entretém, instrui ou persuade, com conseqüências perceptivas, cognitivas, emocionais, ideológicas, ou comportamentais muito complexas”.

Estabelece-se uma troca necessária que desencadeia negociações marcadas por tensões, rupturas ou mesmo conformações em diferentes momentos de apropriação que são responsáveis pela constante atualização dessa escrita da história. Posições que solicitam que passado preste contas com o presente e vice-versa, sobretudo, quando “este presente hipertrofiado rapidamente se tornou desconfortável em si mesmo. Ficou muito ansioso por ver-se como já passado, como história”, como destaca Hartog (Op. Cit.) ao se referir ao regime de historicidade que vivemos.

O evento é reivindicado por vários grupos que pretendem ordenar suas explicações e, embora predomine certas versões que se tornam mais visíveis no arranjo de sentidos, isso não quer dizer que ele seja capturado totalmente por alguma delas ou que se submeta a uma rede de determinação imutável, pois, “é sempre possível ordenar, classificar, atribuir e decodificar um acontecimento dentro de mais de um ‘mapeamento’” (HALL, 2006: 374).

Nesse tumulto de vários atores, o Jornal Folha de São Paulo, desempenha um papel bastante singular; primeiro por seu apoio declarado ao Golpe em 1964 e durante quase boa parte do período em que os militares permaneceram no poder, em segundo, por sua atuação na campanha das diretas nos anos 80, quando o jornal soube reverter sua participação em um poderoso capital simbólico que serviu para resignificação de sua atuação política.

Em suas páginas esses grupos debatem dando impressão de que, a cada efeméride, a verdade estaria mais próxima de ser alcançada, pois, em um contínuo processo de novas descobertas e acúmulo de evidências, chegar-se-ia um dia à sua total explicação; além disso, constrói-se a sensação de que, finalmente, o passado poderia ser reparado no presente, um lenitivo para aqueles que foram diretamente atingidos pelo evento.

As divergências sobre sua conceituação: ditadura, revolução, movimento militar, apontam que a definição do acontecimento que é multifacetária e complexa, o que não significa, necessariamente, que o jornal seja um espaço plural sobre 1964. Predomina sobre 1964 uma epistemologia tradicional e pragmática, na qual o jornal, aparentemente, exime-se de posições e apenas trabalha para que a verdade seja descoberta por baixo de toda a poeira das versões e é, nesse sentido, que joga com todos os depoimentos apresentados em suas páginas.

A história é explicada a partir de um encadeamento de causas, efeitos e conseqüências. Em nenhum momento tais relatos se apresentam como elaborações, mas sim, são tomados como lugares de verdades que “resgatam”, “retratam” e “revelam” o passado, cabendo ao leitor descobrir qual deles é o verdadeiro. O veículo trabalha ainda como o próprio teatro no qual o processo da história seria por fim encenado.

As falas dos colaboradores operam formas distintas de representação do passado. Embora deva se reconhecer que tais opiniões nem sempre sejam as mesmas defendidas pelo veículo, como ele próprio destaca, resultam em produto que é organizado por ele e é, exatamente, a maneira como ele distribui, aceita, divulga, escolhe ou interdita tais conteúdos que se formula essa escrita. Por sob o caleidoscópio

dessas vozes há, não apenas uma intenção de revolver os mortos, mas, também de decantar as formas como esse passado pode ser compreendido e contado.

Na investigação sobre essa produção pode estar a chave para vislumbrarmos alguns aspectos importantes da cultura histórica pragmática na contemporaneidade, tais como a convivência em um mesmo horizonte temporal de diferentes regimes de historicidade, os jogos na produção de memória e esquecimento além de modelos divergentes de compreensão histórica que conseguem encontrar legitimidade como explicação do passado.

Fontes

- FSP – **Folha de S. Paulo**. ALENCASTRO, Luis Felipe. **1964: Por quem dobram os sinos?** Folha de S. Paulo. Tendências/Debates. 1-3, 16 de maio de 1994.
- FSP – **Folha de S. Paulo**. BONALUME NETO, Ricardo. **Revistas tentam “popularizar” a História** in Ilustrada – Folha de S. Paulo, 31 de janeiro de 2004.
- FSP – **Folha de S. Paulo**. CARVESAN, Luiz. **Lembrar para não esquecer**. Opinião 1-2. Folha de São Paulo. 29 de março de 1994.
- FSP – **Folha de S. Paulo**. DIMENSTEIN, Gilberto. **Somo uma fábrica de ignorantes**. Opinião. Folha de São Paulo, 27 de março de 1994.
- FSP – **Folha de S. Paulo**. NASSIF, Luiz. **Revolução ou Golpe?** – Dinheiro – 2-3. FSP – **Folha de S. Paulo**. Folha de São Paulo, 31 de março de 1994.
- FSP – **Folha de S. Paulo**. JABOR, Arnaldo. **Os trinta anos de 64 fizeram nossa cabeça**. Folha de São Paulo – Ilustrada 5-6. 5 de abril de 1994.
- FSP – **Folha de S. Paulo**. MATTOS, Carlos Meira. **O 31 de Março de 1964**. Folha de S. Paulo – Opinião 31 de março de 2004.
- FSP – **Folha de S. Paulo**. RIBEIRO, Darci. *O desastre da ditadura*. Folha de S. Paulo – Painel 1-3, 26 de abril de 1994.
- SODRÉ, Roberto de Abreu. **A história é a grande conselheira**. Painel – Folha de S. Paulo. 26 de março de 1994.
- SOUZA, Herbert. **Filhos do golpe reconstroem a cidadania**. Tendências/Debates Folha de S. Paulo. 1 de abril de 1994.

Bibliografia

- ADORNO/HORKHEIMER. *Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.
- BHABHA, Homi. *O Local da Cultura*. Belo Horizonte. Ed UFMG. 2007.
- BANN, Stephen. *As invenções da História. Ensaios sobre a representação do passado*. São Paulo: Editora UNESP, 1994.
- BODEI, Remo. *A História tem um Sentido?*. Bauru - São Paulo: Edusc, 2001.
- _____. *Livro da Memória e da Esperança*. Bauru - São Paulo: Edusc, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- _____. *Sobre a Televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.
- CANCLINI, Néstor Garcia. *Cidades e cidadãos imaginados pelos meios de comunicação*. Campinas, Revista Opinião Pública, vol VIII, no. 1, 2002.pp. 40-53.
- CERTEAU, Michel. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- FREITAS, Hélio. *Nem tudo é Notícia – O Grupo Folha na Internet*. Dissertação de Mestrado apresentada ao curso em Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo. São Bernardo do Campo, 9/07/1999.
- HALL, Stuart. *Da Diáspora – identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte. Ed. UFMG. 2006.
- HARTOG, François. *Regime de Historicidade*. Capturado da Internet em 8/05/2006 no endereço: <http://www.fflch.usp.br/dl/heros/excerpta/hartog.html>.

- HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória – arquitetura, monumentos, mídia**. Rio de Janeiro. Aeroplano Editora. 2ª. Edição. 2000.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado – contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro. PUC. 2006.
- JENKINS, Keith. **A História Repensada**. São Paulo: Edita Contexto, 2001.
- MENESES, Sônia. **Os historiadores e os “fazedores de História”: lugares e fazeres na produção da memória e do conhecimento histórico contemporâneo a partir da influência midiática**. Rev. OPSIS. v. 7, no. 09, julho/dez 2007. Goiânia. UFG. 2007
- _____. **Nação de papel: o jornal como possibilidade de investigação histórica na problemática da construção nacional no século XIX**. In: Freitas, Antônio de Pádua Santiago de; Francisco Carlos Jacinto Barbosa; Francisco José Gomes Damasceno. (Org.). *Pesquisas Históricas: fontes e trajetórias*. 01 ed. Fortaleza: Ed. UECE, 2008, v. 01, p. 9-261.
- _____. **1964, o ano de uma notícia indelével: A construção memorial do Golpe militar no Brasil entre a mídia, a memória e a história**. São Paulo, Uninove. Rev. Cenários da Comunicação, 2009.
- _____. **As Faces de Hécate: Literatura, Mídia e História** formas narrativas na produção do acontecimento na sociedade contemporânea. Santa Catarina, Rev. Estudos em Jornalismo e Mídia. (UFSC), 2009.
- NORA, Pierre. **O Retorno do Fato** in NORA & LÊ GOFF. *Novos Problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.
- _____. **Entre Memória e História – a problemática dos lugares**. São Paulo, Rev. Projeto História/PUC vol. 10, 1993.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. (org). **Fronteiras do Milênio**. Porto Alegre: Editora da Universidade UFRS, 2001
- REIS, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo e MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **O golpe e a ditadura militar 40 anos depois (1964-12004)**. São Paulo. Ed. Edusc, 2004.
- RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa**. Tomos I, II, III, São Paulo: Papyrus Editora, 1997.
- _____. **História e Verdade**. Rio de Janeiro: Forense, 1968.
- RICOEUR, Paul. **Événement et sens**, in *Raisons Pratiques*, No. 02 *l'événement en perspective*, Ecole des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris. 1991.
- _____. **A Memória, a história, o esquecimento**. São Paulo. Ed. Unicamp. 2007.
- RIOUX, J.-P. **Entre o Jornalismo e a História. in Questões para a História do tempo presente**. São Paulo: Edusc, 1999.
- RIBEIRO, A. P. G. **A história do seu tempo. A imprensa e a produção do sentido histórico**. Rio de Janeiro: dissertação de Mestrado defendida na ECO/UFRJ, 1996
- RÜSEN, Jörn. **Razão Histórica – Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica**. Brasília: Editora UNB, 2001.
- _____. **Reconstrução do passado – Teoria da história II: os princípios da pesquisa histórica**. Brasília. Editora UNB, 2007.
- _____. **História Viva – Teoria da História III: formas e funções do conhecimento histórico**. Brasília, Editora UNB, 2007.
- _____. **Historiografia Comparativa Intercultural** in MALERBA. *A História Escrita*. São Paulo: Editora Contexto, 2006.
- SARLO, Beatriz. **Tempo Passado – Cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo. Cia das Letras, 2007.
- SODRÉ, Muniz. **A narração do fato – notas para uma teoria do acontecimento**. Petrópolis-RJ. Editora Vozes. 2009.
- WHITE, Hayden. **Teoria literária e escrita da História**. Rio de Janeiro: Revista Estudos Históricos, vol 7, no, 13. 1991, p. 21-48.
- _____. **Meta-História – Imaginação Histórica do século XIX**. São Paulo, Edusp. 2008.
- _____. **Trópicos do Discurso – Ensaios sobre a crítica da cultura**. São Paulo, Editora EDUSP. 2001.

Artigo recebido em 10/09/2010

Artigo aceito em 14/12/2010